



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº: 28950/2013

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

PARECER Nº: 0185/2016-CF

EMENTA: TCE. PMDF. Irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade. Citação. Defesa improcedente. Notificação. Recurso de reconsideração. Conhecimento. Pelo não provimento. **Parecer convergente.**

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada para apurar a existência de irregularidades no recebimento de indenização de transporte em razão da passagem à inatividade do militar **Ivon de Souza**.

2. Examina-se, nesta oportunidade, o mérito do recurso de reconsideração apresentado pelo militar (fls. 236/243) em face da Decisão 3.087/2015(fl. 328):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo 1º CB QPPMC RRM IVON DE SOUZA (beneficiário do pagamento indevido), em face da Decisão nº 1.096/15 e dos Acórdãos nºs 98/15 e 99/15, conferindo-lhe efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei Complementar nº 1/94 c/c o art. 189 do Regimento Interno do TCDF; II – dar ciência desta decisão ao recorrente e ao seu representante legal, conforme estabelece o art. 4º, § 2º da Resolução nº 183/07 ; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para o exame de mérito do recurso interposto, na forma do parágrafo 1º do artigo 189 do Regimento Interno do TCDF.”

3. Os argumentos apresentados pelo defendente foram analisados pelo Corpo Técnico na Informação 395/2015 – SECONT/3ªDICONT (fls. 333/337), merecendo destacar, sinteticamente:

- (i) Alegação: apesar do pedido realizado, jamais recebeu os valores, portanto, a restituição é ilegal.

Análise CT: o Controle Interno verificou o registro da concessão de 1/3 dos valores pretendidos no contra-cheque de agosto de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

1998 e o crédito em conta-corrente em 05.09.98 (f. 87*)¹. O ora recorrente juntou diversos extratos bancários, mas nenhum referente à data de 05.09.98, não sendo possível, assim, acolher a argumentação.

Apresentou, também, Demonstrativo de Imposto de Renda relativo ao exercício de 2002², mas com divergência entre as datas dos pagamentos (f. 245). Contudo, diante a ausência de documentos que afastem a constatação do Controle Interno de que o pagamento foi efetivado em 05.09.98, a possível divergência não comprova o não recebimento alegado

- (ii) Alegação: alegou a ocorrência de decadência com fundamento no art. 54 da Lei 9784/1999.
- (iii) Análise CT: o Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, reafirmou a imprescritibilidade das ações de ressarcimento (AI 848482 AgR, Relator: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-035 DIVULG 21-02-2013 PUBLIC 22-02-2013), assim, não ocorre a prescrição quanto às apurações de prejuízo ao erário e seus respectivos ressarcimentos. Ressaltou que TCDF já decidiu pela inaplicabilidade do art. 54 da Lei 9784/99 para obstar o exercício do controle externo, conforme Decisão 1675/2003 (Processo 497/2002).
- (iv) Alegação: não estaria obrigado a fixar residência na cidade de destino pelo resto da vida, tendo em vista o direito de ir e vir previsto na Constituição Federal.

Análise CT: Não se observam as exigências de mudança para a cidade de destino na forma alegada pelo recorrente. Ao requerer a indenização de transporte, o militar concordou em se submeter às condições legais e às dispostas na Portaria PMDF nº 133/1997 para recebimento do benefício, conforme declaração firmada pelo militar em 17.06.98 (f. 16-apenso). A Portaria PMDF nº 133/1997 exigia a comprovação de domicílio em até noventa dias e, ainda, estabelecia que o mesmo estaria sujeito à fiscalização da Corporação pelo prazo de um ano para fins de comprovação das declarações prestadas, sob pena de medidas administrativas, disciplinares e judiciais, contudo, não houve comprovação da situação exigida.

¹ O militar não requereu os 2/3 restantes (f. 16).

² O título do documento está ilegível.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

- (v) Alegação: reiterou que não recebeu a indenização de transporte considerando a possibilidade de que os valores teriam sido depositados em outra conta corrente; alegou que agiu de boa-fé e de acordo com as exigências legais. Por fim, atribuiu à Administração Pública a culpa no caso da ausência de documentação referente à comprovação de residência.

Análise CT: a ausência de recebimento dos valores restou afastada nessa passagem. Além disso, a documentação apresentada não foi capaz de comprovar a mudança e a fixação do domicílio. Neste sentido, importante destacar o contexto do dolo na conduta do militar, conforme Voto apresentado pelo I. Relator Conselheiro Paiva Martins no voto condutor da Decisão, ora atacada (fls. 226).

4. Desta forma, o Corpo Técnico entendeu que o recurso de reconsideração não trouxe argumentos novos ou documentos capazes de reverter o entendimento esposado na r. Decisão ora atacada. Com tais análises, ao final, sugeriu:

“Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento desta Informação;*
- II. negue provimento ao Recurso de Reconsideração de f. 236/243 e anexos de f. 244/322, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 1.096/2015 e dos Acórdãos nº 98/2015 e nº 99/2015;*
- III. em consequência, notifique o recorrente identificado no § 18 desta Informação, acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito que lhe foi atribuído neste Processo;”*

5. Os autos vieram ao Ministério Público de Contas do DF que, sem maiores delongas, acolhe as conclusões e sugestões ofertadas pelo Corpo Técnico.

É o parecer.

Brasília, 3 de março de 2016.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPC/DF